

# **ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONSTRUINDO O REFERENCIAL TEÓRICO**

Elaine Suane Florêncio dos Santos  
Danyella Jakelyne Lucas Gomes

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo consiste em realizar uma reflexão analítica a partir da revisão da literatura que trata sobre a temática da Avaliação de Políticas e Programas Educacionais com o intuito de colaborar com a construção do referencial teórico das pesquisas em andamento, bem como dar continuidade a uma discussão conceitual acerca dos pressupostos teórico-metodológicos que tem embasado os estudos e as pesquisas no campo da Política Educacional.

Partimos do pressuposto de que as discussões referentes à pesquisa em Política Educacional e, conseqüentemente, sobre a Avaliação de Políticas e Programas Educacionais, se desenvolveram em torno de situá-la numa perspectiva qualitativa de maneira que as questões teórico-epistemológicas e metodológicas são recorrentes nos debates dado, também, à diversidade e a pluralidade com que tais questões se apresentam.

De um modo geral, a análise de políticas consiste na análise do Estado em ação perpassando aspectos básicos, como: as propostas, que muito dizem das intenções dos agentes formuladores; o fato, sendo este marcado pelos textos políticos e legislativos; e, por fim, o uso que se faz da política enfocando os discursos e as práticas. Segundo Tello e Mainardes (2015), a pesquisa em Política deve estar para além da mera descrição uma vez que deve permitir a compreensão de um objeto de modo que a lente que vê o mundo também é usada pelo pesquisador para ver a pesquisa.

Nessa perspectiva, nos debruçamos sob a ideia de análise da política a partir de um enfoque cíclico que tem buscado compreender as políticas públicas a partir de suas etapas. Para tal, nos apoiamos nos pressupostos do ciclo de políticas (BALL, 2011; MAINARDES, 2006) e nos pressupostos da abordagem cognitiva de políticas (AZEVEDO, 1997; MULLER e SUREL, 2002), enquanto abordagens que nos permitem aguçar nossos olhares para compreender os processos das ações políticas no âmbito da sociedade política e da sociedade civil.

## **DESENVOLVIMENTO**

Nas últimas décadas a pesquisa em educação tem deslocado o foco do processo ensino-aprendizagem para temáticas emergentes como a Gestão e Avaliação de Políticas Públicas, e se apresentam como um desafio ao pesquisador que busca uma compreensão sobre a educação para além dos padrões vigentes. Atualmente, o debate acerca do papel do Estado e a efetivação de Políticas Públicas para a educação, têm ganhado cada vez mais destaque na academia e proporcionado reflexões acerca do distanciamento entre as políticas públicas que são propostas pelo Estado, enquanto agente formulador e controlador dessas políticas, e o que os sujeitos, foco dessas políticas tem proposto.

Azevedo (1997) apresenta uma discussão acerca da intencionalidade de determinada política pública estabelecida para um setor que se insere a partir da necessidade do Estado em garantir a harmonia deste campo com os interesses da sociedade, considerando também a sua articulação ao projeto de sociedade que se deseja formar ou que já está em curso.

Bobbio (2011) reforça a necessidade de compreendermos a relação existente entre Estado, Política e o fenômeno do poder, bem como enfatiza que não há teoria política que não esteja ligada a uma definição de poder, uma vez que analisa tal fenômeno sob a ótica de várias teorias<sup>1</sup>. Além disso, subsidia na compreensão do papel do Estado, de como se estabelecem as relações de poder e as implicações para o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, as pesquisas no campo da Política Educacional tem se apoiado em pressupostos teórico-metodológicos que possibilitam a análise e a compreensão das políticas públicas de forma contextualizada. O ciclo de política proposto por Stephen Ball e Richard Bowe, contribui para as análises das políticas educacionais uma vez que considera o desenvolvimento em função dos momentos, os quais denominam de contextos, a saber: da influência, da produção do texto, da prática e, ao longo da produção, acrescentam os contextos da estratégia e do efeito/resultado.

Tais contextos se relacionam às etapas do ciclo e não são compreendidos de maneira isolada, se inter-relacionam sem uma linearidade. Cada contexto dialoga numa relação cíclica que configura a constituição da ação política desde sua construção inicial no processo de produção da proposta até sua implementação e seus resultados no âmbito da micropolítica local que se faz nos espaços da escola.

Argumentar-se-á que a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus e efeitos (MAINARDES, 2006, p. 48).

---

<sup>1</sup> Bobbio (2011) cita a Teoria do Estado, na qual afirma a existência dos três poderes e a relação entre eles, de modo que o político está associado a formação, a distribuição e ao exercício do poder.

Por outro lado, a abordagem cognitiva das políticas busca analisar a política a partir do referencial normativo, primeiro do Estado, para identificar a concepção de Política Pública adotada. Muller e Surel (2002, p. 60) destacam que é importante buscar encontrar os elementos conflitantes e contraditórios e fazer as interconexões para a análise da política, visto que, às vezes, o conflito na origem torna a Política Pública pouco eficaz até mais que as próprias questões financeiras ou de gerenciamento uma vez que “o projeto de sociedade é construído pelas forças sociais que tem poder de voz e de decisão”.

Nessa abordagem da dimensão cognitiva, não é apenas o conhecimento técnico-científico que embasa a Política Pública, mas também as representações sociais dos tomadores de decisão. Entender a Política Pública dentro do referencial normativo é compreender qual a concepção de Estado se relaciona e quais os recortes temporais que as políticas possuem. A vinculação do referencial normativo, que é a base teórica, com o que se pensa sobre o projeto de sociedade é o diferencial da abordagem. Se o referencial muda, muda também a concepção de Estado e, conseqüentemente, de política de modo que cabe ao pesquisador identificar os elementos que expressam a mudança no referencial normativo.

Portanto, concluímos que ambas as abordagens configuram-se teórica e metodologicamente buscando aproximar o pesquisador das diferentes formas de compreender a trajetória de programas que envolvem os atores, as instituições e as ideias que se tem a respeito, e em seus efeitos se materializa na política em ação.

## **CONCLUSÕES**

Os processos de formulação e implementação de políticas revelam conflitos, tensões e contradições que não podem ser compreendidos de maneira isolada, uma vez que não se reverberam apenas no processo de tomada de decisão, mas durante todas as etapas de sua constituição. A análise de política não se reduz à busca de registros e documentos oficiais uma vez que tal ação limita os alcances da pesquisa. Os esquemas de política geralmente envolvem três dimensões: os atores, as instituições e as ideias que se tem sobre determinada política.

Nesse sentido, buscamos com esse trabalho ampliar o enfoque teórico-metodológicos sobre a temática da análise das políticas educacionais que consideram tanto o desenvolvimento da política de maneira cíclica, como a partir do seu referencial normativo, de forma a compreender as aproximações e os distanciamentos. Do mesmo modo, tal exercício possibilitou lançar um olhar diferenciado para o campo das pesquisas e dos estudos focalizados nas políticas públicas acerca dos processos de formulação, implementação e

análise de políticas públicas para a educação.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BOBBIO, N. **O Estado e o poder**. In.: Estado, governo e sociedade: Para uma teoria geral da política. Ed. Paz e Terra. SP. 2011.

OLIVEIRA, G. A. **Pesquisas em Políticas Educacionais: Considerações sobre questões epistemológicas e metodológicas**. Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba, v. 1, n.1, p. 76-86, 2013.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006

MULLER, P., SUREL, Y. O que é uma política pública? IN: **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002. (p. 11-30; 53-76).

TELLO, C. MAINARDES, J. **Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.  
Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>